UM ESTUDO SOBRE O ENSINO SECUNDÁRIO NAS CIDADES DE PELOTAS E RIO GRANDE/RS (DÉCADAS DE 1870 A 1910)

HARDALLA SANTOS DO VALLE*

RESUMO

Este trabalho objetiva apresentar um estudo do ensino secundário das cidades de Pelotas e Rio Grande (RS), entre as décadas de 1870 a 1910. Nessa perspectiva, apresentamos as seguintes inquietudes como norteadoras desse trabalho: Que características socioculturais possuem as cidades de Pelotas e Rio Grande, no período delimitado? De que forma a identidade sociocultural influi nas características do ensino secundário destas cidades? O meio escolhido de nos aproximarmos dessas respostas foi a metodologia da pesquisa bibliográfica e a análise documental. No que tange às fontes, optamos pela análise de relatórios de presidentes de província, jornais, atas e relatos memorialísticos.

Palavras-chave: Estudo comparado. Ensino secundário. Culturas escolares.

ABSTRACT

A STUDY ON SECONDARY EDUCATION IN CITIES OF PELOTAS AND RIO GRANDE / RS (THE PERIOD FROM 1870 TO 1910).

This study presents a study of secondary education in the cities of Pelotas and Rio Grande (RS), between the decades from 1870 to 1910. In this perspective, we present the following as concerns guiding this work: What sociocultural characteristics have the Pelotas and Rio Grande, in the period delimited? How does the sociocultural identity influences the characteristics of these secondary cities? The means chosen to approach these responses was the methodology of the literature search and document analysis. Regarding the sources, we chose to analyze reports of provincial presidents, newspapers, minutes and reports memoirs.

Keywords: Comparative study. Secondary Education. School cultures.

* Graduada em História Bacharelado – Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Mestra em Educação (PPGE – UFPEL) e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE – UFPEL). E-mail: hardalladovalle@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho discorre acerca das cidades de Rio Grande e Pelotas (RS) que, mesmo com a proximidade geográfica e um processo histórico de urbanização muito entrelaçado, com o passar dos anos foram delineando características socioculturais distintas, que se refletem no âmbito educacional. A partir disto, objetivamos especificar alguns destes reflexos, relativos ao ensino secundário.

O recorte temporal escolhido para este estudo se inicia na década de 1870, por abranger o ano do decreto da Reforma Leôncio de Carvalho (1879) que ratifica a liberdade de ensino, estabelecendo concomitantemente uma ampla liberdade de se abrirem escolas. Já o marco de encerramento, é a década de 1910, em função de que neste período ocorreram importantes mudanças no ensino secundário, oriundas da legislação nacional e do contexto educacional rio-grandense¹.

Nessa perspectiva, apresentamos as seguintes inquietudes como questões de pesquisa: Que características socioculturais possuem as cidades de Rio Grande e Pelotas, no período que vai de 1870 até a década de 1910? De que forma a identidade sociocultural de cada uma destas cidades influencia nas características do ensino secundário?

O meio escolhido de nos aproximarmos dessas respostas foi, primeiramente, a metodologia da pesquisa bibliográfica, que auxilia na escolha de um método apropriado, no conhecimento das variáveis e autenticidade da pesquisa (LIMA, 2007). Assim como, a análise documental, que busca o sentido, ou os sentidos, de um documento escrito (CELLARD, 2008).

No que tange às fontes, optamos pela análise de jornais, relatórios, atas municipais, e relatos memorialísticos. Dado o exposto, vamos começar este texto, expondo aspectos da trajetória histórica das cidades de Rio Grande e Pelotas, bem como, suas configurações socioculturais. Logo após, tentaremos nos aproximar do cenário do ensino secundário nos dois municípios e realizaremos uma discussão sobre as singularidades e sentidos que compõem a relação entre a construção sociocultural e os espaços escolares de

¹ Entre estas mudanças, podemos mencionar a Lei Orgânica de 1911, que propunha um regime que concedia ampla autonomia aos estabelecimentos escolares, bem como, a Reforma Carlos Maximiliano de 1915, que restabelecia a influência do governo federal sobre o ensino secundário e superior através da re-oficialização do ensino.

instrução secundária destas cidades. Assim sendo, nosso interesse, expor e instigar novos olhares, pelo viés do estudo comparado, ao campo da História da Educação Rio-Grandense.

2 A RELAÇÃO HISTÓRICA DAS CIDADES DE RIO GRANDE E PELOTAS/RS.

A formação territorial e urbana de Rio Grande e Pelotas tem sua gênese na construção espacial do Rio Grande do Sul, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, quando os portugueses detinham a posse do sul do Brasil, mas estavam em conflito com os espanhóis pela demarcação de suas fronteiras.

As explorações iniciais dos espanhóis em 1492, seguido da chegada e ocupação dos portugueses as terras brasileiras em 1500, fez com que Portugal e Espanha, assinassem o Tratado de Tordesilhas, dividindo o novo continente em duas partes. Portugal ficava com o que hoje é o Brasil, mas o Rio Grande do Sul pertenceria à Espanha. Contudo, mesmo com esta divisão os dois países continuaram brigando pela posse do território sul americano, já que ambos possuíam a intenção de explorá-lo (ARRIADA, 1994).

Com a expansão portuguesa para o interior do continente na busca de minérios e captura dos índios para mão de obra escrava, estes chegaram até a foz do rio da Prata, descobrindo que tal espaço geográfico, que é o Rio Grande do Sul, seria de extrema importância no âmbito econômico.

Por conseguinte, em 1640 os jesuítas espanhóis instalam-se no território rio-grandense, fugindo das perseguições sofridas nas missões construídas no Paraguai, pelos bandeirantes vindos de São Paulo, e passaram a criar nas reduções rebanhos de gado bovino, equino, e muar. Com o fim das perseguições, voltam para o Paraguai levando índios, mas deixam o gado xucro que se reproduz no território de maneira estrondosa, ficando conhecida esta reserva de gado xucro como “Vacaria del Mar”. Desta maneira, não tarda a Portugal descobrir uma fonte de riqueza através da exploração do gado. Em 1682, os jesuítas espanhóis retornam ao Rio Grande do Sul, criando os Sete Povos. Onde estabeleceram estâncias para a criação de gado, mas são expulsos pela coroa portuguesa em 1759 (ARRIADA, 1994).

Assim sendo, querendo tomar posse deste gado xucro e participar do contrabando da prata no sul do continente, Portugal buscou ocupar efetivamente o território. Uma vez que, a Colônia do Sacramento já havia sido ocupada diversas vezes pelos espanhóis.

Foi neste sentido de dominar a zona platina e preservar o comércio desta região que Portugal decide fundar o Presídio Jesus-Maria-José em 1737, bem como, a Povoação do Rio Grande de São Pedro (atual cidade do Rio Grande/RS). Com a chegada dos militares se inicia a ocupação efetiva dos portugueses neste extremo sul do Brasil. A implantação do povoado possibilitou a chegada de casais da ilha dos Açores e Madeira, que receberam lotes de terras para ajudar a desenvolver e povoar a região (MARTINS, 2004).

Portugal e Espanha na busca incessante em expandir seus domínios, assinam em 1750, o Tratado de Madri, transferindo a colônia do Sacramento para o domínio espanhol em troca dos Sete Povos, que passam ao domínio português. Contudo, é em 1777, com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso que de fato o Rio Grande do Sul é traçado com os limites que conhecemos hoje, e se torna posse de Portugal, definitivamente estabelecida a partir do século XIX, com o Tratado de Badajós. O limite do sul do continente demarcado vai propiciar o início de novas povoações, sendo a distribuição de novas sesmarias a principal maneira de efetivar a povoação portuguesa no Rio Grande do Sul.

A configuração espacial de Rio Grande, enquanto vila despojada, constituída não mais do que por seis ruas e sem recursos perdurou durante todo o século XVIII e somente foi alterada durante o século XIX, devido ao enriquecimento dos criadores de gado da campanha, que encontraram uma forma mais rentável de comercializar a carne e o couro com a introdução das charqueadas (MARTINS, 2004).

Já a ocupação de Pelotas se dá com o sucesso do empreendimento saladeiril de Pinto Martins, quando irão surgir, ao longo do Canal de São Gonçalo, Arroios Pelotas e Santa Bárbara, outros núcleos charqueadores, ficando a região conhecida como Rincão das Pelotas. Localidade desenvolvida a partir da implantação das charqueadas, muito ajuda no desenvolvimento da Vila do Rio Grande, bem como, serve constantemente de refúgio para as pessoas que fugiam da ocupação espanhola da localidade vizinha.

A fundação da Freguesia de São Francisco de Paula, primeira organização do espaço urbano pelotense, data de 1812, conquistando, assim, autonomia religiosa em relação à Vila do Rio Grande. Nesta Freguesia já estavam instaladas algumas indústrias saladeiris, fato importante na evolução da cidade de Pelotas. É interessante destacar que para a fundação de uma freguesia pressupunha apenas existência de um aglomerado populacional suficientemente desenvolvido. Não significando o surgimento de uma unidade administrativa, que só era

anunciado pela elevação a vila. “Freguesia era um título de autonomia religiosa, pelo qual o povoado passava a dispor de uma igreja paroquial própria”. (MAGALHÃES, 1993).

Pelotas atinge está condição em 1812 desligando-se da matriz de São Pedro, mas continua dependente, como povoado, da sua vila e câmara, permanecendo assim um distrito de Rio Grande. Somente em 1835, com a eclosão da Revolução Farroupilha, Rio Grande e Pelotas são elevadas à categoria de cidade.

3 QUANDO AS CULTURAS QUE SE DIFERENCIAM

No que tange a dicotomia sociocultural das cidades de Pelotas e Rio Grande, é preciso primeiramente pontuar que Pelotas, entre os anos de 1860 a 1890, expandiu-se de modo considerável, sem paralelos nos decênios anteriores, nem nos 30 seguintes. O índice populacional praticamente quintuplicou no período urbano (NEVES, 2007, p.58).

A localização da cidade facilitava o contato com a cultura do considerado “mundo civilizado”. Sua hidrografia, sendo dominada pelo canal São Gonçalo, possibilitava a comunicação com as lagoas Mirim que, dava acesso a Jaguarão na fronteira com o Uruguai, e dos Patos, onde, através dos vapores se viajava para Porto Alegre e Rio Grande, cujo Porto possibilitava acesso direto ao mar (AMARAL, 2005, p. 105).

A vida cultural era intensa, os contatos que mantinha com o centro do país e com a Europa conferiam à elite pelotense um destacado padrão literário e artístico. Neste cenário houve o desenvolvimento de instituições de ensino, clubes e associações.

A pujança vivida em Pelotas foi consolidada ao se tornar um centro industrial e comercial charqueador mais importante de toda a Província. A riqueza que circulava na cidade proporcionou uma vida social e cultural movimentada. Os costumes, o lazer, as artes e as atividades intelectuais, de modo geral, eram inspirados no município da Corte.

Este avanço proporcionado pelas charqueadas na metade sul da Província estimulou a economia regional e urbana, pois, se em Pelotas localizava-se a feitura do charque, era por Rio Grande que este seria comercializado para o centro/norte do país e para a América Central. Caio Prado Jr. se refere ao desenvolvimento das charqueadas e ao desenvolvimento regional da seguinte maneira:

A indústria do charque, as “charqueadas”, localizam-se num ponto ideal: entre os rios Pelotas e São Gonçalo, nas proximidades ao mesmo tempo dos grandes centros criatórios da fronteira e do porto

para o comércio exterior da capitania, o Rio Grande, que, embora muito deficiente, é o único possível. *Esta localização da indústria dará origem ao centro urbano que seria o primeiro da província depois da capital; mas não o primeiro absoluto em riqueza e prestígio social, que era Pelotas* (PRADO, 1998, p. 97 – Grifo das autoras).

Esta primeira fase industrial ocorrida em Rio Grande representou a formação de uma elite econômica e social para a cidade, concomitante ao operariado miserável que coabitava a zona urbana, inicialmente em cortiços. Esta elite foi capaz de construir clubes, prédios suntuosos, assim como abrigar eventos importantes de expressão nacional. Porém, a maior preocupação desta cidade se expressa na urbanização e conforto do seu operariado. Elementos importantes expressos pela pujança ou pela precocidade de suas obras referem-se à construção do parque ferroviário (1879); implantação da rede telefônica em 1880; construção da Caixa D'água em 1870 e a extensa rede de bondes puxados a cavalo desde o século XIX (MARTINS, 2005, p. 5).

Porém, mesmo com o crescimento sociocultural da cidade do Rio Grande, Prado (1998) e Martins (2005) destacam que havia diferenças culturais entre sua vizinha, Pelotas. Rio Grande era uma cidade de que almejava ser moderna, urbana, industrial. Seus pontos de referência eram as fábricas, o operariado, e o Porto. Enquanto Pelotas constituía-se como um polo cultural. Seu principal ponto de destaque era a vida da elite charqueadora, composta por eventos culturais importantes, saraus, teatros, e um contingente expressivo artístico e literário, ligado às tendências da Corte e da Europa.

4 UMA ANÁLISE COMPARADA: OS ESPAÇOS ESCOLARES DE INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA E SUAS RELAÇÕES COM O TRAÇADO SOCIOCULTURAL CIDADINO

Durante toda a década de 1870, a instrução pública na cidade do Rio Grande é constituída apenas por duas escolas do sexo feminino, dirigidas pelas professoras Maria Joaquina Duval e Maria Fausta de Miranda Campello, e duas escolas do sexo masculino, dirigidas pelos professores Julio Cezar Augusto e Inácio de Miranda Ribeiro. A instrução secundária é pouco frequentada, havendo somente uma aula de francês do professor José Pontes França (Revista Arcádia, 1867/1870).

Nesta cidade, em 1897 aumenta para 18 o número de escolas públicas primárias gratuitas, com 800 alunos matriculados. Os

estabelecimentos privados atingem o número de 16, com 623 alunos. A cidade tinha em média 30 mil habitantes neste período (Diário do Rio Grande, 30/10/1897).

Até 1900 a instrução, oferecida nas escolas, públicas e privadas, estendia-se preponderantemente ao ensino primário. Os jovens rio-grandinos que se interessavam em continuar seus estudos, constantemente, deslocavam-se para outras cidades. Sendo a mais próxima Pelotas que, na Escola São Luiz Gonzaga, disponibilizava instrução secundária.

Vale ressaltar que a Escola São Luiz Gonzaga, foi a primeira instituição católica de ensino primário e secundário da cidade de Pelotas. Fundada em 1894, por obra do pioneirismo dos padres jesuítas Anselmo de Souza e Gustavo Locher (AMARAL, 2008, p. 123).

Nas primeiras décadas, de acordo com os relatórios anuais, o número de alunos que acorreram para o Gonzaga aumentou bastante: 1895, 62 alunos; 1900, 296 alunos; 1910, 349 alunos; 1920, 395 alunos; 1925, 508 alunos; 1940, 1228 alunos. O corpo docente que inicialmente era composto por três padres, foi sendo acrescentado, a cada ano que passava, por outros professores, todos religiosos. Somente a partir dos anos de 1920 é que se constata a presença de professores leigos (AMARAL, 2008, p.124).

O método educacional dos jesuítas, que uniformizava a pedagogia por eles aplicada em toda a sua extensa rede de colégios, se fundamentava na “Ratio Studiorum”, que definia critérios e organizava o conhecimento escolar. O sistema de ensino pautado pelos princípios da disciplina, da obediência, do respeito e dos bons exemplos, tendo por base a inculcação moral e religiosa, visava a formação de alunos dóceis, obedientes mas, ao mesmo tempo preparados para ocuparem futuramente posições e responsabilidades de mando. As permanentes atividades propostas aos alunos, o controle do espaço e do tempo, a emulação e a premiação aos melhores alunos eram importantes dispositivos utilizados pelos jesuítas para atingirem os seus objetivos educacionais (AMARAL, 2008, p.124)

Os padres jesuítas do Gonzaga, desde 1910, passaram a ser auxiliados pelos irmãos maristas, os quais se responsabilizaram pelo curso primário da escola, até 1926. Nesse período, lecionaram naquela escola 15 irmãos maristas de origem francesa e alemã. A Companhia de Jesus dirigiu o Gonzaga até o ano de 1926, quando os Irmãos Lassalistas assumiram a sua direção.

Durante o final do século XIX e primeiras décadas do século XX ocorreu um acirrado conflito político e ideológico entre a

Maçonaria e a Igreja Católica na cidade de Pelotas, sendo que essas duas instituições buscaram preservar e ampliar sua área de influência na sociedade. A educação acabou por constituir-se um foco privilegiado para esta disputa.

Em 1915, o Ginásio Pelotense representou a concretização, no campo educacional, dessa disputa político-ideológica, servindo ao projeto contra hegemônico maçom em relação à Igreja. O Pelotense constituiu-se como uma alternativa de ensino secundário laico de qualidade que se contrapusesse ao ensino católico ministrado no Gonzaga, a mais renomada instituição de ensino de Pelotas (AMARAL, 2008, p. 127).

Desde os primeiros anos, a qualidade do ensino do Pelotense passou a ser garantida pelos professores, escolhidos entre a elite intelectual da cidade que, em sua maioria, tinham diploma de curso superior (médicos, dentistas, advogados e engenheiros). Os primeiros docentes do Pelotense eram membros da Maçonaria. Com o tempo foram também convidados alguns professores que se tornaram maçons, provavelmente para que fossem melhor aceitos dentro do grupo. Não raros eram os que, devido à sua destacada posição política e profissional, viam-se obrigados a se ausentarem temporária ou definitivamente de suas atividades no Ginásio para assumir compromissos na capital Federal e na capital do Estado.

Alguns membros do corpo docente do Ginásio foram, inclusive, prefeitos da cidade. Muitos professores deste estabelecimento de ensino tinham estreitas ligações com a imprensa local. A imprensa, considerada a “pedra de toque” da intelectualidade pelotense, em 1919, tinha como diretores de três dos quatro jornais que circulavam na cidade – Diário Popular, Opinião Pública, e O Rebate - professores ligados ao Ginásio Pelotense. Alguns docentes foram, também, expoentes da literatura regional e nacional (AMARAL, 2008, p. 129).

Já na cidade do Rio Grande, o ensino secundário se institucionaliza a partir de 1902, com a fundação do Liceu Salesianos de Artes e Ofícios Leão XIII. Construído por iniciativa dos padres Dom Lasagna, Domingos Zatti, e Mário Borsani, da Congregação Salesiana. Este Liceu, inicialmente, funcionava em uma casa simples, da própria congregação. Para construir esta casa comprou-se um terreno em 1900, da Dona Maria dos Santos Pedroza por 24:777\$800 (vinte e quatro contos, setecentos e setenta e sete mil e oitocentos réis), sendo metade deste valor obtido por doação de fieis católicos e a outra metade obtida por forma de empréstimo e hipoteca do Cel. João Luiz Vianna, para serem pagos em cinco anos (AZZI, 1983, p. 31).

O relato do padre André D'ell Oca, exposto em seu caderno manuscrito, intitulado “Lembranças do passado”, nos adentra a este espaço educacional:

A casa constava de uma parte de tijolo, que tinha sido armazém. Agora servia de capela. O resto era madeira, telhado e zinco. Tinha uns poucos meninos e oficina de carpintaria, onde fazia o aprendizado uma turma de maiorzinhos. O diretor era o Padre Barale, um pequenino fanhoso. Encarregado dos meninos, o P. Estanislau Baniz. Puseram-nos em quartinhos de madeira, com uma cama grande de casal com um colchão dividido em quatro. O travesseiro era de serragem. À noite, uma invasão de pernilongos. Os sanitários eram quartinhos com uma tábua, e por baixo um barrilzinho, onde se depositavam as fezes. Ao meio-dia fomos almoçar: feijão com arroz cozido, farinha e alguns pedaços de carne. Chegou a noite: a iluminação era a querosene. Na rua, nas noites de luar, bastava a luz da lua; nas outras noites acendiam-se os lampiões a querosene, que por volta das nove horas, apagavam-se por si (OCA *apud* AZZI, 1983, p. 32).

Cumprе salientar que, embora a casa fosse singela, sua localização era privilegiada. Ficava a frente da estação central, da qual partiam os trens para o interior do estado. Assim, podendo dispor de amplas vias de comunicação.

No ano de 1933, por ocasião da visita do Padre André Dell'Oca, que era inspetor de instrução, é defendida a urgência de se criar um novo prédio que comportasse as necessidades do Liceu. As obras iniciam em 1934 (OCA *apud* AZZI, 1983, p. 32).

Ao lado do Liceu Salesianos de Artes e Ofícios Leão XII, a partir de 1906, passou a existir o Ginásio Municipal Lemos Júnior. Este é oriundo da iniciativa do cidadão português, Antonio Manuel Lemos Júnior que na cidade do Rio Grande, estabelecera-se, conseguindo reunir uma pequena fortuna. Parte da qual, ao morrer deixou expressamente destinada para a construção de um instituto de ensino. O primeiro inspetor federal foi Antonio Pires de Souza e o primeiro diretor Alcides Mendonça Lima, seguido de José Vaz Dias Júnior (PIMENTEL, 1944, p. 88).

Em 1909, o Ginásio Municipal Lemos Júnior é equiparado ao Colégio Pedro II, estabelecimento padrão de ginásios no Brasil².

² Esse mecanismo de equiparação ao Colégio padrão é uma forma de controle de qualidade do ensino, a partir de um modelo para todo o país. A legislação da época que concedia a equiparação ao Ginásio Pedro II somente a estabelecimentos públicos de ensino, o que desoficializava os cursos preparatórios para ingresso no ensino superior existentes nos estabelecimentos educacionais particulares No Rio

Porém, a equiparação dura pouco. Com a Lei Rivadavia Correa, de 5 de abril de 1911, os estabelecimentos de ensino voltam ao regime de autonomia didática e administrativa. O Lemos Júnior precisa então de um novo regulamento, que sai pelo ato 608, de 23 de março de 1912. A principal alteração é que fora extinto o bacharelado em Ciência e Letras e criados três cursos: o primário, com um ano de duração, que seria a alfabetização; o literário, com cinco anos, que substituiu o bacharelado; e o curso comercial, de quatro anos, que ensinara a profissão de guarda-livros, um curso técnico (CESAR, 2007, p. 64).

Em 1921, por decreto municipal de 15 de janeiro, o Secretário do Lemos Júnior Luiz França Pinto, foi efetivado na direção do Ginásio. Sendo dado então ao primeiro funcionário do estabelecimento o título de Reitor. Por ocasião do centenário da independência, Alfredo Soares do Nascimento mandou construir um novo edifício para a instituição de ensino. A inauguração se deu em 1924.

Numa análise comparada, é interessante observar que na cidade de Pelotas se traçou dentro do ensino secundário uma disputa política e ideológica entre a instituição católica e maçônica. Enquanto os professores da instituição católica eram padres e professores católicos, na laica, em sua maioria, pertenciam à elite intelectual da cidade. A função deste nível de ensino era preparar os alunos para as atividades que mais cresciam na cidade, ou seja, as atividades comerciais, bancárias e de administração pública.

Já em Rio grande, não existia disputa intelectual entre as duas escolas de instrução secundária, é bem provável que este panorama ocorra porque o Liceu Salesianos de Artes e Ofícios Leão XIII era católico, assim como, eram católicos os idealizadores do Ginásio Lemos Júnior. Os professores do Liceu Salesianos eram preponderantemente padres, em contrapartida o Lemos Júnior só consegue ter um quadro definitivo de docentes a partir de 1918, sendo cinco com curso superior e dois por tempo de serviço. Todos os professores possuíam formação na área que lecionavam.

O intuito deste nível de ensino era formar alunos capacitados ao operariado fabril e administrativo e operariado.

Logo, tento em vista que o estudo comparado não trata simplesmente de opor dados para verificar diferenças ou similaridades, mas acima de tudo, se trata de verificar o que é singular em cada comparação (SOUZA, 2009; NÓVOA, 2005). E

Grande do Sul o primeiro colégio a atingir a equiparação foi o Nossa Senhora Conceição, de São Leopoldo, dos padres jesuítas, em 1900 (CESAR, 2007, p. 56).

que, dentro dessa singularidade, devemos trazer a luz os sentidos que compõem o panorama analisado, é preciso destacar que as características socioculturais das cidades de Rio Grande e Pelotas, estão amplamente entranhadas na constituição dos seus estabelecimentos de ensino secundário.

Pelotas, como polo cultural rio-grandense que era, nos traz uma história de disputas intelectuais e religiosas, pioneirismo frente a Rio Grande na fundação de uma instituição de ensino secundário, e o intuito de formar comerciantes, bancários, e administradores. Profissionais que, ainda hoje, constituem a maior fonte de arrecadação financeira da cidade: o comércio. Em contrapartida, Rio Grande constrói seu ensino secundário de maneira dificultosa, tendo que começar com prédios improvisados, mas de maneira calma em relação a questões intelectuais e religiosas. Um dos seus intuítos era contribuir na disposição de mão de obra fabril e operariada. Contingente que, hoje, ainda configura a cidade, símbolo portuário do Rio Grande do Sul.

Consideramos que tal relação ocorre porque os tempos e espaços escolares nunca são neutros. Sempre se aprende em lugares e tempos concretos. Esses tempos e lugares são determinados e determinam os modos de ensinar e aprender (VIÑAO FRAGO, 2000). Logo, na perspectiva sociocultural, os espaços escolares são uma construção historicamente cambiante, vivida não só pelos alunos e professores, mas também pelas famílias e pelas comunidades, que em seu conjunto se configuram pelo traçado do seu passado.

5 CONSIDERAÇÕES

Por tudo que foi exposto, é possível observar que as cidades de Rio Grande e Pelotas, no período que vai de 1870 até a década de 1910, constroem características socioculturais distintas. Sendo a primeira caracterizada por um desejo de avanço industrial, fabril, e comercial, altamente ligados ao porto. Enquanto a segunda, se configura como um polo charqueador e cultural, desejoso de alcançar o panorama intelectual vivido na corte.

Estas identidades socioculturais diversas influenciam no nascimento do ensino secundário local, pois vão delineando tanto conflitos intelectuais e religiosos (caso de Pelotas), como a dificuldade de fundar instituições e formar um quadro de professores (caso de Rio Grande). Cabe ainda ressaltar que, estes estabelecimentos de ensino tinham objetivos a serem alcançados com a educação que construíam que, ainda hoje, conseguimos conectar a atual estrutura destas

cidades. Fato que comprova a existência da relação entre a educação e a formação sociocultural das cidades.

No objetivo de apresentar esse panorama, primeiramente, expomos a gênese das duas cidades. Partimos da configuração do Rio Grande do Sul, com as disputas entre portugueses e espanhóis, até o Tratado de Badajós, quando se demarca o estado definitivamente para a posse portuguesa. Também abordamos como surgiram as charqueadas, fonte de riqueza pelotense e rio-grandina, que contribui para o desenvolvimento das duas localidades.

Em seguida, discorremos sobre as características socioculturais distintas que se traçam. Rio Grande, enquanto localidade exportadora, fabril e operariada. Já Pelotas, enquanto polo charqueador e cultural, com forte contingente artístico e literário.

Por último, discutimos acerca da formação do ensino secundário nestas duas cidades. No caso de Pelotas, observamos os colégios Gonzaga e Pelotense. Um católico e outro laico, que disputam política e ideologicamente o maior apoio da população. Já em Rio Grande, analisamos o Ginásio Lemos Júnior e o Liceu Salesianos de Artes e Ofícios Leão XIII, que tem uma história comum de estabelecerem-se com dificuldade, ter que posteriormente trocar de prédio e não encontrar docentes habilitados. Estas trajetórias nos levaram a ratificar a relação existente entre as características socioculturais das cidades, com o desenvolvimento de sua educação secundária. Uma vez que, é possível perceber elementos da formação destas cidades que influenciam nos modos que se desenvolveu o ensino secundário, bem como, elementos do ensino secundário que configuram a identidade sociocultural atual de Rio Grande e Pelotas.

Por fim, podemos acrescentar que esta análise comparada não se esgota neste trabalho pela complexidade e riqueza de sua história. Contudo, através da abordagem sociocultural realizada esperamos incitar novos olhares sobre a História da Educação Rio-Grandense, que muito tem a oferecer ao pesquisador que se dispõe a analisá-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Giana Lange do. *Gymnasio Pelotense e a Maçonaria: Uma face da História da Educação em Pelotas*. Pelotas: Seiva, 2005.

_____. *Gatos Pelados x Galinhas Gordas: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas*. Pelotas: Seiva, 1999.

_____. O ensino secundário laico e católico no Rio Grande do Sul, nas primeiras décadas do século XX: apontamentos sobre os ginásios Pelotense e Gonzaga. Revista História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 12, n. 26, Set/Dez 2008. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/29213/pdf>

ARRIADA, Eduardo. Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835). Pelotas: Armazém literário, 1994..

BOSSING, Nelson L. Principípios de la educación secundaria. (Tradução de Emma Franco). Buenos Aires: Eudeba Editorial, 1960.

BURKE, Peter. O que é História Cultural? Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CANÁRIO, Rui. A Escola e a Abordagem Comparada. Novas realidades e novos olhares. Sísifo. Revista Portuguesa de Ciências da Educação, p. 27-36, 2006.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean (Org.). A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CESAR, Willy. Centenário do Colégio Lemos Júnior. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O público e o privado na história da educação brasileira- concepções e práticas educativas. In: LOMBARDI, José; JACOMELI, Mara e SILVA,

DALLABRIDA, Norberto. A Fabricação Escolar das Elites: o Ginásio catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de, GONÇALVES, Irlen Antônio, VIDAL Diana Gonçalves e PAULILO, André Luiz. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, nº 1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. O ensino secundário no império brasileiro. São Paulo: USP, 1972.

HANS, Nicholas. Educação Comparada. (Tradução de José Severo de Camargo Pereira). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.

JORNAL DIÁRIO DO RIO GRANDE, edições de 1870 a 1910.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução de Gizele de Souza. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas: Autores Associados, nº 1, p. 9-43, 2001.

LIMA, Telma e Regina Miotto. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: A pesquisa bibliográfica. Rev. Kátal, 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>

MARTINS, Solismar Fraga. O papel da cidade do rio grande (RS) na economia rio-grandense durante a industrialização dispersa (1873/1930). Anais: Primeiras Jornadas de Economia Regional Comparada, 2005. Disponível em:

http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/jornadas-de-economia/index_1.php

MOACYR, Primitivo. A instrução e as Províncias (1834-1889). 3º volume. Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Goiás. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

NEVES, Helena Araujo. O ensino privado em Pelotas-RS na propaganda impressa. Séculos XIX, XX, XXI. 412 p. Tese, PPG-UFPEL, 2012.

NÓVOA, Antonio (org.). As organizações escolares em análise. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1998.

_____. Apresentação. In: VECHIA, Ariclê; CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora. (Orgs). A Escola Secundária: modelos e planos. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. Vers un comparatisme critique. Regards sur l'éducation. Lisboa: Educa (en collaboration avec Tali Yariv-Marshall), 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatamy. Muito além do espaço: Por uma história cultural do urbano. 1995. Disponível em:

http://www.4shared.com/document/bzCTa0s9/Ref_18__PESAVENTO_Sandra_Jata.html

PIMENTEL, Fortunato. Aspectos gerais do município de Rio Grande. Porto Alegre: Gráfica impressa oficial, 1944.

POL, Milan, HLOSKOVA, Lenka, NOVOTHY, Petr e ZOUNEK, Jiri. Em busca do conceito de cultura escolar: Uma contribuição para as discussões actuais. Revista Lusófona de Educação, nº 10, 2007. Disponível em:

<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/634/529>

PRADO Júnior, Caio. História Econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a História da Educação. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, 2006. Disponível em:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art5_22e.pdf

SAVOIE, Philippe. Criação e reinvenção dos liceus: 1802-1902. (Tradução Eduardo Arriada e Maria Helena Camara Bastos). Título original: "Création et réinvention des lycées (1802-1902). In: Pierre Caspard, Jean-Noel Luc, Philippe Savoie (dir.). Lycées, lycéennes. Deux siècles d'histoire. Paris: INRP, 2005.

SOUZA, Donald Bello de; MARTINEZ, Silvia Alicia (orgs.). Educação Comparada: Rotas de além-mar. São Paulo: Xamã, 2009.

VIÑAO, Antonio Frago. El espacio y el tiempo escolares como objecto histórico. Contemporaneidade e Educação (Temas de História da Educação), Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Cultura Escolar, v. 5, n. 7, 2000.

DIRETRIZES PARA AUTORES

A Momento – Diálogos em Educação aceita para publicação artigos científicos inéditos de professores, pesquisadores e acadêmicos de instituições na área de ciências humanas e educação.

Todos os artigos recebidos serão submetidos aos consultores da revista para a devida apreciação. A equipe editorial não se compromete com a devolução de textos e comunicará aos interessados caso não sejam aceitos. As modificações do texto, quando sugeridas pelos consultores, serão encaminhadas aos autores para consideração e devem ser devolvidas em um período máximo de 15 dias.

Cada texto deve ser antecedido por um resumo em português e em língua estrangeira de até 10 linhas, acrescido de três a quatro palavras-chave escolhidas pelo autor de acordo com o assunto do trabalho proposto. Indica-se a consulta às normas NBR 6022 para a elaboração do artigo e NBR 6028 para a elaboração do resumo. As citações no texto e as notas de rodapé também deverão seguir as normas correntes da ABNT, sendo as referências bibliográficas elencadas após o texto e em ordem alfabética. Para a escolha das palavras-chave, recomendamos o uso do *Thesaurus Brasileiro da Educação*.

Itens de verificação para submissão

Como parte do processo de submissão, autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão com todas os itens listados a seguir. Serão devolvidas aos autores as submissões que não estiverem de acordo com as normas.

1. *A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista;*
2. *Os arquivos para submissão estão em formato Microsoft Word (de extensão .doc), desde que não ultrapasse os 2MB;*

3. *Todos os endereços de páginas na Internet (URLs) incluídas no texto estão ativos e prontos para clicar;*
4. *Todos os endereços de páginas na Internet (URLs) incluídas no texto estão ativos e prontos para clicar;*
5. *O texto está em espaço 1,5; usa fonte Times New Roman de 12 pontos; emprega itálico em vez de sublinhar (exceto em endereços URL); figuras e tabelas estão inseridas no texto, e não em seu final; o texto tem, no máximo, 25 páginas (incluindo a lista de referências);*
6. *O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores;*
7. *A identificação de autoria deste trabalho foi removida do arquivo e da opção Propriedades no Word, garantindo dessa forma o critério de sigilo da revista, caso submetido para avaliação por pares (ex.: artigos);*
8. *O resumo está incluído no arquivo para avaliação e inclui de três a quatro palavras-chaves;*
9. *O abstract está incluído no arquivo para avaliação e inclui de três a quatro keywords.*

EDITORA E GRÁFICA DA FURG
CAMPUS CARREIROS
CEP 96203 900
editora@furg.br